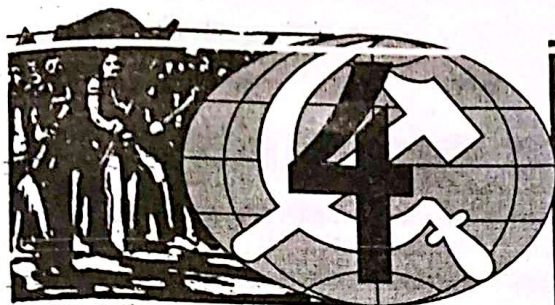




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIV - Nº 275 - DE 02 A 16 DE FEVEREIRO DE 2004 - R\$ 1,50

A política econômica de Lula agrada as multinacionais e o capital financeiro. Para os assalariados, arrocho e desemprego. Nada de 3 refeições ao dia, nem 10 milhões de empregos, menos ainda reforma agrária.

É preciso lutar nacionalmente pela escala móvel de horas de trabalho (divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalharem), pelo salário mínimo real (decidido em assembleias) e pela escala móvel de salários (reajuste automático de acordo com a inflação). Apoiar as ocupações de terra e a autodefesa contra a repressão, exigir a libertação dos presos políticos do MST. Combater as reformas neoliberais do governo Lula.

Autodeterminação para as nacionalidades indígenas, será alcançada com a revolução e ditadura proletárias

**Internacional:
Mais artigos do
POR boliviano
sobre a situação
revolucionária
no país**



**Liberdade imediata para Saddam Hussein!
Fora as tropas imperialistas do Iraque! Autodeterminação dos povos!**

Quinzena de Lutas da Classe Operária

Mesmo com tanta economia, continuamos no buraco

A meta de superávit primário (receita menos despesas, excluídos os pagamentos de juros) de 4,25% do PIB acertada com o FMI (Fundo Monetário Internacional) foi concluída. O imperialismo exigia este superávit primário como uma segurança para o pagamento dos juros aos investidores (parasitas) estrangeiros.

Em 2003, o setor público como um todo —o que inclui União, Estados, municípios e estatais— conseguiu economizar para o pagamento de juros R\$ 66,2 bilhões, o que representa 4,32% do PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas de um país).

Entretanto, o custo da dívida pública superou largamente os esforços fiscais do governo.

No ano passado os juros básicos da economia chegaram a 26,5% ao ano, o setor público teve de desembolsar R\$ 145,2 bilhões para o pagamento de obrigações relativas à dívida. Isso representa 9,49% do PIB ou quase 40% do Orçamento do ano passado.

Com isso, o país registrou déficit nominal (receita menos despesas) de R\$ 79 bilhões no ano passado, ou 5,16% do PIB. Isto significa que apesar de tanta economia, a dívida líquida do setor público cresceu para R\$ 913,1 bilhões ao final do ano passado.

A política do PT/Lula, a mesma imposta pelo FMI no governo FHC, só tem trazido mais miséria e desemprego. É necessário lutarmos por melhores salários e mais emprego.

Reforma sindical vai acabar com o dissídio coletivo

A reforma sindical mudará os instrumentos de negociação. A proposta acertada no FNT (Fórum Nacional do Trabalho) a ser encaminhada ao PT/Lula extingue o dissídio coletivo e a data-base para negociação.

Segundo o Paulinho da Força Sindical, "Os mecanismos de negociação passam a ser fortíssimos. Será quase obrigatório haver negociação", ou seja a greve e outros meios de pressão são cada

vez mais enfraquecidos. Pelas novas regras, a negociação coletiva não terá uma data-base. Os acordos trabalhistas poderão fixar prazos diferentes para as cláusulas do contrato coletivo. Cláusulas sociais, por exemplo, poderão vigorar por três anos. As econômicas, por período menor. Antes de vencer o prazo definido no acordo coletivo, as partes iniciam a negociação. Não havendo consenso até a data limite do acordo, seu prazo de validade pode ser prorrogado por 90 dias, que ainda poderão ser renovados. Nesse período de negociação, os patrões e os sindicatos em comum acordo poderão solicitar arbitragem ou mediação pública ou privada. A arbitragem privada poderá ser um escritório de advocacia. Já a pública, será a Justiça do Trabalho.

É mais uma deixa para as já mal faladas juntas conciliatórias, que já demonstramos ferirem tantos direitos dos trabalhadores.

A nova lei estabelecerá que nenhuma das partes poderá se recusar a negociar, sob pena de ser multada. No caso de reincidência, a entidade sindical está sujeita a perder o direito de representar determinada categoria. A decisão do árbitro, seja o público ou o privado, será definitiva. Como se vê, estamos diante de uma reforma que reforça o poder de pressão dos capitalistas para se evitar as lutas contra a exploração do trabalho.

Reforma sindical aumentará poder da Burocracia Sindical

A proposta do governo PT/Lula na discussão da reforma sindical é acabar com a contribuição sindical de forma gradativa, mas, no seu lugar, as entidades passarão a ser financiadas por uma taxa negocial, que seria estipulada pela própria burocracia na negociação coletiva Ou seja só muda o nome.

O governo propõe ainda estabelecer critérios de representatividade para que um sindicato seja criado, extinguindo a unicidade sindical. Na prática, para constituir um sindicato será preciso comprovar que ele é representativo. Um dos procedimentos será criar uma associação pré-sindical, com empresas e trabalhadores

filiados. Somente com a aferição da representatividade dessa associação, o sindicato passará a ter o direito da representação da categoria. Ou seja, só serão aceitos sindicatos que tiverem aval dos patrões. Os assalariados têm de se opor a essa reforma e defenderem a livre organização sindical.

A previsão do governo é enviar a reforma ao Congresso até março.

Peritos do INSS estão em greve

Desde o dia 3 de dezembro, os médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de todo o país estão de greve. Eles estão parados e alegam não ter previsão de quando retornarão ao trabalho.

A categoria reivindica que o governo federal cumpra as medidas acertadas no acordo que deu fim à greve realizada em outubro deste ano. Eles pedem a confecção de um plano de carreira, abolido com a aprovação da Reforma da Previdência, e a realização de concurso público, já que os médicos peritos são contratados apenas como técnicos do INSS.

Conflitos agrários dobraram em 2003

O número de ocupações de terra e de mortes decorrentes de conflitos agrários aumentaram em 2003, primeiro ano de governo PT/Lula, na comparação com as ocorrências registradas em 2002. Segundo relatório divulgado pela Ouvidoria Agrária Nacional, foram anotadas 222 invasões em 2003, contra 103 verificadas em 2002; quanto às mortes, foram registrados 42 assassinatos no campo no ano passado, contra 20 mortes no ano anterior.

Ainda com base no relatório, verifica-se que mais de 65% das invasões se concentram no Nordeste. Das 87 ocupações da região, 64 ocorreram em Pernambuco. Tais dados revelam o drama das mais de 23 mil famílias que vivem acampadas no Estado.

Sem-terra ocupam sede do Inara em Tucuruí (PA)

Pelo menos 500 agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rura-

is Sem-Terra (MST) ocupam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na cidade de Tucuruí, no Pará. Policiais federais foram encaminhados ao local na tentativa de negociar a saída pacífica dos sem-terra, mas até agora não houve sucesso. Os agricultores afirmam que só deixarão o prédio após uma vistoria em quatro fazendas nos municípios de Tucuruí, Breu Banco e Baião para o assentamento de 3,9 mil famílias.

Trabalhadores rurais fazem funcionários do Incra reféns

Um grupo de trabalhadores rurais do Assentamento Lindoeste, em São Félix do Xapuri, no Sul do Pará, mantém reféns há dois dias, trancados dentro de uma casa, quatro funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Eles exigem a liberação de recursos federais para a construção de uma escola e de um posto de saúde e afirmam que só irão libertar os servidores quando sua reivindicação for atendida.

A direção do Incra em Marabá recebeu a informação de que os funcionários não estão sendo maltratados, embora aleguem estar sofrendo com a falta de comida e de água. A liberação do dinheiro para construir a escola e o posto, segundo o órgão, depende de uma autorização de Brasília. Dois técnicos de

Marabá ficaram de viajar para São Félix e tentar hoje negociar a soltura dos reféns.

A Gleba Lindoeste fica localizada perto de uma reserva dos índios caiapós e nela vivem cerca de duas mil famílias.

Sem-terra interditam rodovia no Mato Grosso

Cerca de 250 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) interditaram nesta quinta-feira a rodovia BR-163, no norte do Mato Grosso, para exigir a desapropriação de uma área para assentamento.

RS: confronto entre sem-terra e polícia deixa 20 feridos

Dois conflitos entre soldados da Brigada Militar (a Polícia Militar gaúcha) e agricultores assentados ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) deixaram um saldo de 20 feridos em Santana do Livramento (RS), na fronteira do Brasil com o Uruguai. Assim como outros grupos faziam em Viamão e Arroio Grande, os assentados da região fronteira promoveram protestos para exigir verbas para o custeio da lavoura e prorrogação do pagamento de dívidas.

Em Santana do Livramento, o grupo decidiu invadir a agência do Banco do

Brasil e, para isso, enfrentou a resistência da Polícia Militar e acabou se envolvendo em tumultos.

O protesto dos assentados começou antes de a agência abrir. Eles chegaram num ônibus, quebraram a porta de acesso aos caixas automáticos e não recuaram quando os soldados tentaram afastá-los do local. O confronto, que teve como armas paus, pedras e cassetetes, feriu sete policiais militares e seis sem-terra.

No início da tarde, diante da reintegração de posse concedida pela Justiça ao Banco do Brasil, os agricultores decidiram deixar a agência. Quando estavam saindo do prédio, a Brigada Militar prendeu um deles, Roberto de Moura, e passou a identificar alguns outros, a quem acusava de agressão no incidente da manhã. O clima ficou tenso e houve novo confronto. Mais um policial e outros seis integrantes do MST acabaram feridos. Só um dos envolvidos nas brigas, o assentado Nelson Francisco Müller, com hematomas na cabeça, ficou internado na Santa Casa, em observação. Os demais foram atendidos e liberados. Nos outros protestos não houve choques com a polícia.

O juiz Sérgio Snadoni, da 1ª Vara Cível de Santana do Livramento (RS), decretou a prisão preventiva de cinco integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que invadiram uma agência do Banco do Brasil.

POR tem 3 novas publicações:

Sobre a mulher: Nesse há uma história marxista sobre a opressão da mulher. Trata-se da tradução do folheto publicado pelo POR boliviano "A mulher no processo revolucionário", que contém extratos dos clássicos do marxismo e uma introdução na qual aponta a importância da luta pela emancipação da mulher, "que será feita pela nação oprimida, não unicamente pelo proletariado, ainda que este deva imprescindivelmente converter-se na direção política. As organizações de mulheres estão chamadas a cumprir esta função específica. Atuar como canais de mobilização das massas femininas para a revolução proletária. Isso nos permite compreender porque o programa de reivindicações das mulheres deve estar su-

bordinado a estratégia do proletariado".

Sobre o segundo capítulo do livro de Trotsky: "Stalin, o grande organizador de derrotas". A publicação desse material é uma conquista de nosso partido. Trata-se da primeira tradução em português da luta contra as posições revisionistas e traidoras de Stalin-Bukarin e seus seguidores. Na introdução, feita por nós, dizemos a importância: "Hoje, com a desintegração da URSS e o avançado estágio de restauração capitalista, a crítica de Trotsky à tese do "socialismo em um só país" de Stalin se mostra completamente correta. E não se pode construir o partido da revolução proletária sem que esse documento programático seja assimilado e faça parte de sua elaboração

programática. Ninguém melhor do que o próprio Trotsky para reivindicar a importância do combate à revisão estalinista do programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e do programa do partido Comunista russo".

Sobre o folheto da Bolívia. Trata-se de uma síntese da experiência boliviana ao redor do levante revolucionário de setembro/outubro de 2003. O folheto inicia com uma síntese de pontos do programa e da linha política do POR boliviano, feito por nós. E conclui com artigos do jornal Massas boliviano sobre o momento que antecede ao conflito, durante a luta e uma avaliação da trajetória revolucionária das massas nesse país vizinho.

Como será alcançado o real direito de autodeterminação dos povos indígenas?

A retomada do conflito indígena sobre a demarcação de terras em Roraima e Mato do Grosso do Sul, que beira ao choque armado, recoloca o velho problema enfrentado por vários governos de como responder a disputa entre fazendeiros, mineiros, madeireiros e nações indígenas.

No caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol, trata-se da legalização de uma área estabelecida desde o governo FHC. Os fazendeiros e os porta-vozes da burguesia reclamam que se trata de uma vasta área de 1,6 milhão de hectares, que tem como agravante o fato de nela estarem consolidados dois municípios e existir uma intensa atividade agrícola. Depois de mais de vinte anos de enfrentamento entre fazendeiros e indígenas, a finalização do processo de demarcação provocou um levante dos fazendeiros, que conseguiram arrastar uma parcela de índios vinculados às suas atividades econômicas. Esse movimento teve uma ressonância nacional e de um forte oposicionismo burguês. Acadêmicos, ditos estrategistas da Unicamp e USP, foram chamados a opinar em favor da chamada demarcação descontínua, isto é, que exclua os municípios, as fazendas e áreas fronteiriças. Documentos militares foram ventilados para demonstrar os riscos para segurança nacional que representa a demarcação contínua. Enfim, os porta-vozes dos grileiros latifundiários procuram mobilizar a opinião da população com o argumento de que é um absurdo 15 mil índios, divididos em várias nações, como os Macuxis, Ingariçós, Taurepangues, Iiapixanas e Patamonas, controlarem uma imensidão de terras e bloquearem o desenvolvimento econômico já em curso.

Diferentemente, é o caso dos ses-

senta mil Guaranis (segundo dados da Funai) que sobrevivem à míngua numa pequena área da reserva Porto Lindo. Estes lutam com os grileiros da região por uma área de apenas 9 mil hectares. Cerca de três mil deles ocuparam 14 fazendas e exigem que esta área seja reconhecida terra indígena. Nesse caso, os porta-vozes dos latifundiários não puderam alegar que a área é vasta e não levantaram problema de segurança nacional. Qual foi a campanha burguesa? A de que a ocupação indígena atenta contra a propriedade privada da terra e causa grandes prejuízos. O presidente da Funai reconheceu que a reserva Porto Lindo é um gueto de miséria. Mas não passou das evidências. O que predominou foi a campanha de que os Guaranis estavam atentando contra o direito à propriedade e à ordem política. O governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, chegou a usar os órgãos de segurança do Estado para montar a farsa de que se tratava de uma conspiração, que incitava os índios e os apoiava nesse movimento.

Os dois acontecimentos demonstram que a reivindicação indígena da terra, seja grande ou pequena a extensão, fronteira ou não, atinge os interesses dos latifundiários, grande parte grileiros. A burguesia e seu Estado não poderão dar o direito às nações indígenas terem parte de suas terras devolvidas. As demarcações já existentes não são de fato respeitadas, são violadas pelo poder econômico. O critério de reserva não livra os indígenas da opressão e exploração desse poder.

Não é preciso recorrer a dados históricos sobre o genocídio da colonização e implantação do sistema capitalista para se saber que a opressão nacional está marcada por essa tra-

jetória. O fato é que o capitalismo semicolonial arrasta até hoje a questão indígena e procura descaracterizá-la com o argumento do pequeno número populacional. Sem dúvida, faz parte da questão camponesa, que coloca milhões de pequenos proprietários e de sem-terra em confronto com o monopólio da terra, constituído na forma latifundiária. Mas tem a particularidade de que os índios constituem nacionalidades.

O Estado burguês e setores da burguesia chegam a admitir o critério da demarcação de terras no formato das reservas. Aqui incide a divisão inter-burguesa, segundo os interesses. É o que assistimos nos choques ocorridos no Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Nessa divisão, há inclusive forte interferência de forças internacionais, que se manifestam por intermédio das Igrejas, Ongs e o poder econômico (madeiras, mineradoras etc). Opositores das demarcações chegam a sugerir que por detrás dessa proteção aos índios está o dedo do imperialismo, como no caso de Roraima.

O fundamental a ser compreendido é que nenhuma dessas posições pode reconhecer os índios como nacionalidades oprimidas. E, como tal, o fim da opressão só virá com sua autodeterminação, que é o direito às terras onde habitam e a constituição de nações independentes. Sob o capitalismo, a opressão nacional não poderá ser extinta. Ela virá com a revolução proletária, que abrirá caminho para eliminar a exploração do homem pelo homem e extinguir as classes numa sociedade comunista internacional. Está aí por que não se pode separar a questão indígena de outras formas de opressão capitalista.

Um governo burguês

Reforma ministerial do PT/Lula, para quê?

O PT e seus aliados eleitorais prometeram aos trabalhadores 10 milhões de novos empregos, fim da fome e a reforma agrária. Nada disso tem sido cumprido. Pelo contrário, o desemprego cresceu em mais 700 mil, o Fome Zero está aquém dos projetos assistencialistas de FHC e os latifundiários levantaram ainda mais a crista para combater os sem-terra. A questão indígena veio à tona, com as ocupações pelos Caiovas e Guaranis no Mato Grosso do Sul e a prometida demarcação das terras indígenas em Roraima corre o risco de não ser concretizada, diante da pressão dos fazendeiros e do governador petista, Flamarion Portela. Também no conflito do Mato Grosso, o governador é do PT e está totalmente alinhado com os latifundiários.

Não é preciso enfatizar o golpe sofrido pelos assalariados com a reforma da Previdência e a preservação de privilégios da casta militar, de juizes e da cúpula dirigente do Estado. A proteção do BNDES à multinacional norte-americana, AES, está à altura do PROER de FHC,

que serviu para salvar banqueiros quebrados. Um último acontecimento que provoca ânsia é a convocação extraordinária do Congresso, com o claro objetivo de dar a cada um mais vinte cinco mil reais.

O orgulho do governo está na política econômica e financeira, que permitiu pagar uma fábula para os banqueiros credores, ser elogiado pelo sistema financeiro internacional, ter obtido um novo empréstimo do FMI e evitado uma crise de credibilidade nos moldes da Argentina. E o orgulho da grande burguesia é que o governo PT/Lula tem popularidade e apoio de maior parte da burocracia sindical para impor tais feitos aos pobres e famintos, sem que haja, até agora, comoção social.

Então, para quê a reforma ministerial?

É que há objetivos que precisam ainda ser atingidos, como a Reforma Trabalhista/Sindical e a Reforma Universitária. O FMI e Banco Mundial exigem que vá até o fundo no continuísmo das medidas neoliberais. Ampliar a

quebra de direitos trabalhistas e avançar o ensino mercantilista nas Universidades. Tal estratégia não se desvinctula do objetivo de fortalecimento do "modo petista de governar".

O pressuposto de que o novo governo faria uma revolução pacífica-eleitoral de afastamento das frações oligárquicas transformou-se em seu contrário. Estabelece-se um novo pacto oligárquico entre PT e PMDB, rodeado do PTB, PP, PSB e PCdoB. Como dizem os altos dirigentes do PT, a reforma ministerial tem alcance estratégico. O que quer dizer, arregimentar forças no interior da política burguesa para o futuro eleitoral do PT.

Para os trabalhadores, esse pacto significará maior coesão entre as frações capitalistas voltado a sacrificar ainda mais a vida da classe operária, dos camponeses pobres e da classe média arruinada. Compreendendo esse curso dos acontecimentos, é necessário se contrapor ao governo defendendo as reivindicações da maioria oprimida e usando os meios de luta coletiva.

Fortaleza-CE

Só a mobilização irá garantir a ampliação definitiva

O governador Lúcio Alcântara (PSDB) quer iludir os professores com o discurso (demagogo e eleitoral) que é um governo aberto ao diálogo e pretende resolver o problema da ampliação definitiva em 90 dias. Assim sendo, desde do dia 21 de setembro de 2003, se formou a tal comissão consultiva chamada de Grupo de Trabalho (GT), composta pela Secretaria de Administração e Educação, Procuradoria Geral do Estado e Sindicatos.

No entanto, já se passaram três meses e até agora a categoria "não tem nada de concreto" aos nossos interesses de fato. Na verdade, vemos, ao contrário, são as condições mais duras possíveis impos-

tas pelo governo aos professores, pretende ampliar sua carga horária.

As supostas e discutidas propostas apresentadas pela administração estadual até agora são as seguintes: 1) quem tiver alguma falta injustificada não receberá a ampliação; 2) a aposentadoria proporcional ao tempo da ampliação; 3) quem está próximo de se aposentar ficará fora do processo; 4) ampliação deverá ser definitiva à parte do momento da homologação da lei, ou seja, quem já tem vários anos de ampliação vai começar da estaca zero; 5) a avaliação desempenho durante o período de 3 (três) anos; 6) as ampliações terão como prioridade somente os professores do ensino médio

que estejam ou desejam lecionar neste.

A Corrente Proletária na Educação (POR) coloca que para conseguir realmente a ampliação definitiva não será através dos métodos distracionistas, como por exemplo: pressão parlamentar, justiça ou só lotando auditório para simples reuniões, mas somente através da força da mobilização da categoria. Em outras palavras; a unificação da luta com os concursados para serem efetivados, bloqueando avenidas, como, por exemplo, a Av. 13 de Maio em horário de pico, manifestações enfrente ao Palácio Iracema etc. Somente assim arrancaremos do governo essa ampliação definitiva.

Novas medidas, mais pancadas nos trabalhadores

Tanto o governo do PT/Lula quanto o governo Ackmim despejaram um pesado fardo sobre os trabalhadores. Os professores não ficaram isentos. Em menos de um ano, foi aprovada a continuidade da Reforma da Previdência, que resultou em mais descontos, mais tempo de serviço e expropriação de parte dos salários dos aposentados. A Reforma Tributária serviu unicamente para arrancar mais impostos dos assalariados, por meio da CPMF e do Imposto de Renda. Além disso, foi o mecanismo para retirar os já miseráveis recursos da educação através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o que causa uma perda de R\$17,3 bilhões. Mais ainda: os governos mantiveram a política de arrocho salarial e continuidade da reforma privatista da educação.

As consequências são violentas: o desemprego cresce todos os dias, a precarização do trabalho atingiu todos os setores, os salários estão extremamente defasados, as tarifas e impostos aumentam constantemente, os postos de saúde e hospitais públicos estão à mingua, faltam escolas, cresce o número de famintos nas ruas, de sem-terra e a marginalidade e criminalidade penetram na juventude dos bairros pobres.

Mas o que está por vir?

Os governos, patrões e burocratas sindicais já estão com outro pacote de medidas nas mãos. Trata-se da Reforma Trabalhista. Seu objetivo é a legalização (transformação em lei estatal) das medidas de flexibilização do trabalho que vêm sendo impostas desde as fábricas até as escolas. O que resulta na retirada de conquistas sociais, que foram obtidas por meio da luta. Na educação, significa a generalização dos contratos temporários, sem nenhum vínculo trabalhista, com salários mais baixos e a imposição da farsa do "negociado sobre o legislado", o que quer dizer que 13^ª férias integrais, licenças etc dependem de uma negociação com os governos.

Está por vir também a Reforma Universitária. Sua essência é a de reduzir o ensino público, ampliar a privatização e

centralização por parte dos órgãos do Estado. Se já é uma luta conseguir uma vaga nas universidades públicas, imagine depois de implementada a Reforma pretendida pelo Banco Mundial.

O que nenhum governo mexe

Os governos que se propõem administrar o Estado burguês não podem eliminar a corrupção, porque esta é inerente ao sistema de exploração capitalista do trabalho. Volta e meia explode um foco de corrupção e obriga o governo a tomar medidas paliativas de punição, mas, como faz parte de todo o tecido do Estado, não tem como extirpá-la com os métodos e leis desse próprio Estado. Não tocam no direito à propriedade privada da terra. O latifundiários, boa parte grileiros, são protegidos pelas leis enquanto os sem-terra e os índios morrem à mingua ou então são assassinados. Não mexem com as leis que protegem os banqueiros e empresários e, ao contrário, a todo momento colocam o Estado a seu serviço. E não se opõem às exigências de medidas antinacionais e antipopulares impostas de fora para dentro pelos credores internacionais e seus governos.

Está aí por que não há outra saída para a classe trabalhadora senão a de enfrentar com seus próprios métodos os governos. O apoio direto ou indireto a esses governos significa defesa da continuidade da fome, miséria, violência e toda sorte de desgraça para os trabalhadores e seus filhos.

O que os trabalhadores da educação necessitam

A força dos trabalhadores está na sua unidade, no método da luta coletiva e na defesa das reivindicações. As direções sindicais estão cada vez mais de costas para os trabalhadores e de frente com a política governamental. As negociações sem luta têm resultado em fortalecimento das medidas antitruais, a exemplo da Reforma da Previdência. No caso da Apeoesp, a diretoria sequer consegue negociar com o governo Alckmin. Por isso, passa o tempo no blá-blá-blá de

denúncias inócuas. Reclama do salário, do bônus, do concurso, da falta de vagas etc, mas não convoca assembléias para organizar os professores. E quando anuncia, faz questão de não batalhar para que seja massiva e de luta contra as medidas governamentais.

Os resultados estão aí: mais uma vez, os professores estão nas filas à procura de aulas, as salas estão sendo fechadas, os salários há 9 anos arrojados, o bônus sendo implantado todo o ano no lugar de reajuste salarial, os aposentados sendo espoliados com os descontos e um concurso recheado de falcaturas e que, até agora, ninguém sabe o número de vagas.

Os professores mais conscientes tem de dar um basta às reformas governamentais e à política dos burocratas sindicais. A omissão diante de todos os problemas significa a colaboração com o governo e com as direções pelegas. Nesse sentido, é necessário desde já exigir a convocação de assembléias massivas e propor a unidade do funcionalismo para defender nossas reivindicações de emprego, salário, saúde e educação públicas e gratuitas para todos os filhos dos trabalhadores. O corporativismo das direções tem de ser arrancado pela força da luta coletiva dos trabalhadores.

A nossa unidade com o funcionalismo é um primeiro passo para a unidade com o conjunto dos trabalhadores. Somente a ação coletiva poderá enfrentar as reformas que estão por vir e as que foram impostas à força.

Participem das atividades da Corrente Proletária na Educação

No dia 7 de março estaremos realizando um debate sobre o problema da mulher no capitalismo. Nesse dia, faremos uma apresentação do folheto "A mulher no processo revolucionário". Nele contém extratos dos clássicos do marxismo e uma introdução onde aponta a importância da luta pela emancipação da mulher.

O debate será às 15 horas, na Rua Coriolano 525, na Apeoesp da Lapa.

Encontro Operário

O POR realizava mais um Encontro Operário, com o tema das comissões de fábrica. Reproduzimos abaixo o texto que serve de base à discussão.

Organização operária em comissões de fábrica

As comissões de fábrica foram criadas no terreno da luta de classe pelo proletariado. Eis por que esse tipo de organização coletiva fabril não é um particularidade deste ou daquele país, ou deste ou aquele ramo da produção. A exploração do trabalho obriga a classe operária, em qualquer lugar, a se organizar pela base para enfrentar a organização patronal e sua capacidade de repressão.

A luta grevista é a base do método de ação que dá ao proletariado força coletiva para resistir à exploração e opressão capitalistas. É o método universal de luta dos assalariados. A dominação da classe capitalista sobre a classe operária e a experiência grevista mostraram e mostram a necessidade de organização fabril, na forma de comissão de fábrica, que pode também ser chamado de comitê de fábrica. Esse tipo de organização, como se vê, foi uma conquista da classe operária, por meio de muitos combates e sacrifícios.

Não se pode alimentar a idéia de que o patronato admitiu ou colaborou pacificamente para o nascimento das organizações fabris. Sempre as combateu a ferro e fogo. Os capitalistas não admitem que os operários sejam uma força coletivamente organizada no interior de suas propriedades.

A produção social se expressa como cooperação das capacidades físicas e mentais dos operários, primeiramente na forma de manufatura e depois na da maquinaria. A produção social se processa na forma capitalista da propriedade privada dos meios de produção e apropriação individual da classe capitalista. A greve é o fenômeno social de rebelião dos explorados responsáveis pela produção social contra a propriedade privada dos meios de produção.

As comissões de fábrica são parte

desse fenômeno da luta de classe. Correspondem ao choque entre a produção social e a propriedade capitalista. É um passo organizativo para que a produção social seja controlada por aqueles que a movimentam, ou seja, pelo proletariado. Esta aí por que as verdadeiras comissões de fábrica constituem um poder operário contraposto à propriedade privada e apropriação individual capitalista. Seu fortalecimento o leva a colocar um duplo poder: o do proletariado que encarna a produção coletiva, cooperada, social e a do capitalista que é proprietário dos meios de produção, explora força de trabalho e acumula capital.

Para que a comissão de fábrica assumia plenamente seu lugar na contradição entre a produção social e a propriedade capitalista é necessário que não se detenha a uma unidade fabril, que não se isole, mas que constitua num sistema de comissões de fábrica, que se alastre pelos ramos da produção e faça parte de uma rede de comissões.

As comissões de fábrica que têm servido à burocracia sindical para colaborar com a classe capitalista são criaturas deformadas e que perderam a função original de expressar a contradição entre a produção social e apropriação privada. Passam a servir a propriedade privada e a exploração do trabalho contra a rebelião da produção social. Passam a ser instrumentos da burocracia sindical em favor da classe capitalista para manter a produção social sob o controle do capital. A produção social, que é embrião da futura propriedade coletiva, socialista, dos meios de produção, não pode fugir do controle da classe capitalista, de forma que a burguesia na sua luta contra a independência de classe do proletariado exerceu tremenda pressão sobre as direções sindicais para transformar as co-

missões de luta de classe em colaboradora de classe.

A política socialdemocrata da burocracia sindical tem as comissões de fábrica como organismos de pressão, ora contra os trabalhadores ora contra o patronato, dependendo do desenvolvimento da luta de classe. Mas nunca perde o objetivo central de sua política que é a de manter a luta de classe nos limites da propriedade privada e transformá-la em colaboração de classe.

A ofensiva do patronato contra as condições de vida da classe operária, com medidas de desemprego, rebaixamento salarial e quebra de direitos trabalhistas, levam os trabalhadores a questionarem as comissões de fábrica burocratizadas e tendem a recuperá-las para a luta, o que depende da formação de uma fração revolucionária.

O desenvolvimento da organização fabril ainda é muito baixo em nosso país, sofreu inclusive retrocessos em relação a outros períodos da história do movimento operário brasileiro. Via de regra, essa organização se circunscreve a grandes fábricas, principalmente multinacionais, onde a concentração e politização operária ganham maior força frente aos exploradores e, ao mesmo tempo, onde os capitalistas mais necessitam da burocracia sindical para impor acordos lesivos aos trabalhadores.

A luta pela independência da organização fabril constitui um trabalho revolucionário. Nas condições atuais de decomposição do capitalismo e de desenvolvimento do proletariado, as comissões de fábrica que expressem o controle da produção social contra a camisa de força das relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção, só podem ser resultado da ação consciente da vanguarda,

portanto da fração proletária que domine o programa da revolução socialista.

Instintivamente, os operários tendem a constituir as organizações fabris, precisam delas, mas logo tem por obstáculo a ação da política socialdemocrata e a experiência da burguesia em domesticá-las e colocá-las a seu serviço. A militância consciente atua sobre essa necessidade, ajuda a classe operária a se organizar em contraposição ao domínio patronal e permite combater o jogo da burocracia socialdemocrata. A comissão de fábrica domesticada está sob a política de colaboração pró-capitalista, por isso socialdemocrata; a comissão de fábrica independente e de combate expressa a política proletária, por isso revolucionária.

1. O trabalho pelas comissões de fábrica independentes e classistas

Os trabalhadores sentem e vêem a necessidade de construir as comissões de fábrica partindo da resistência à exploração e à situação de opressão existentes no interior das fábricas. O ponto de partida da resistência se dá em torno das reivindicações elementares como defesa do emprego e do salário. A classe operária vem padecendo com a destruição maciça de postos de trabalho, inchaço do exército de desempregados e subempregados, e com o rebaixamento salarial.

As contradições do capitalismo obrigam a burguesia a descarregar com violência as crises sobre os assalariados. Já não podem conservar as concessões feitas no passado e reformas realizadas para efeito de desenvolvimento do próprio capitalismo. Ataca-se antigos direitos trabalhistas e se implanta novas formas, que resultam em aumento da exploração e maior poder totalitário do domínio burguês. A flexibilização do trabalho ou modernização das relações de trabalho são nomes dados à ofensiva do empresariado contra a força de trabalho (mão-de-obra).

Os exploradores necessitam de um movimento operário dócil, controlado e fragmentado pela política socialdemocrata pelega. Concretamente, necessitam

que os trabalhadores não defendam suas reivindicações elementares e não exijam melhorias nas condições de trabalho, muito menos lutem pela liberdade política. As comissões de fábrica existentes funcionam mais como instrumentos de imposição de medidas patronais liquidacionistas do que defesa do trabalho contra o capital. Têm servido para a burocracia sindical negociar a flexibilização do trabalho. O pressuposto de seu funcionamento é o de assegurar negociações entre a direção sindical e a gerência fabril, sem que a classe operária coloque suas reivindicações próprias e lute por elas com suas próprias forças.

Está aí a situação em que se coloca o trabalho pelas comissões de fábrica independentes.

Coloca-se o trabalho intransigente de defesa dos postos de trabalho contra medidas como PDVs, terceirização, precarização, banco de horas, Autovisão, lay-off etc.

Contra a redução salarial por qualquer motivo que seja alegado pelos capitalistas; defesa da reposição salarial e de aumentos reais. A escala móvel das horas de trabalho como um sistema que reparte as horas de trabalho nacionalmente aplicadas na produção pelo número de trabalhadores empregados e desempregados e que determina a jornada de trabalho que elimina totalmente o desemprego e a escala móvel de reajuste dos salários que recompõe imediatamente as perdas de acordo com a inflação, estas são duas reivindicações revolucionárias do trabalho contra o capital.

Não se pode defender a classe operária contra a mutilação capitalista sem se trabalhar para que os explorados entendam, assimilem e confiem na necessidade de defendê-las a todo custo. É com as reivindicações próprias que a classe operária reagirá contra a flexibilização do trabalho. Para que os trabalhadores assumam suas próprias bandeiras é preciso a mobilização sistemática. A política socialdemocrata de negociação é justamente a negação da defesa das reivindicações próprias e combate à mobilização sistemática, diária, dos explorados.

As comissões de fábrica só são independentes e cumprem sua função originária de estabelecer o poder operário na fábrica se encarnarem as reivindicações próprias e a mobilização coletiva sistemática.

2. As comissões de fábrica como organização da democracia operária

A comissão de fábrica coletiviza os problemas, e são comuns a todos os trabalhadores, mas que se manifestam de forma individualizada. Essa forma de organização facilita generalizar o descontentamento, e também parece individualizado, frente à exploração, as más condições de trabalho e a repressão patronal. É um instrumento da discussão e da tomada de decisão coletivas, por meio da assembléia fabril.

A comissão de fábrica cumpre essa função organizativa se seus membros estiverem profundamente vinculados aos problemas da classe operária, se colocarem toda sua energia a serviço do enfrentamento, se elevarem sua consciência política e suportarem as pressões do patronato e da burocracia sindical. A força da comissão de fábrica está na sua autoridade em organizar as lutas e cumprir o objetivo de uma direção revolucionária.

O trabalho abnegado de seus membros no seio dos trabalhadores, diretamente, ajudará o conjunto a compreender melhor a situação de exploração e a dominar as leis da luta de classe. A máxima coletivização dos problemas, as decisões conjuntas e a unidade na luta faz da comissão de fábrica um instrumento de grande importância da democracia operária.

A classe capitalista e a burocracia sindical age justamente no sentido contrário. Corrompem os membros da comissão, alimentam neles o caudilhismo, colocam-lhes em posição de mando, enquanto os trabalhadores têm de permanecer subalternos e atrasados na compreensão do funcionamento da sociedade de classe. A liberdade de ação da comissão de fábrica ou depende da capacidade de luta e da elevação da consciência

cia política dos operários ou então das atribuições permitidas pelos capitalistas. No primeiro caso, a comissão de fábrica é o verdadeiro instrumento da democracia operária e sua força social está na razão direta da organização coletiva fabril. No segundo caso, deixa de ser esse instrumento da democracia operária e se torna canal de pressão dos patrões e da burocracia sobre os trabalhadores dispersos e individualizados. Não é por acaso que quase sempre a seleção e a eleição dos membros da comissão de fábrica são controladas por um acordo entre os patrões e a burocracia sindical.

A importante conquista da estabilidade no emprego para os membros da comissão tem sido usada na seleção de operários carreiristas, que se sujeitam ao patronato e servem à burocracia para garantir seu posto de trabalho e usar de privilégios no interior da fábrica.

A comissão de fábrica como expressão da democracia operária e como seu instrumento tem de estar contraposta a toda e qualquer mecanismo burocrático, hierárquico e carreirista. A eleição de seus membros deve estar condicionada à revogabilidade do mandato e a estabilidade de seus membros deve estar sob o controle dos próprios operários. Essas condições serão impostas aos capitalistas pela luta de classe. A estabilidade dos membros da comissão deve ser defendida para toda a classe operária. A assembleia de fábrica detém a soberania total e a comissão de fábrica deve estar subordinada às suas decisões, inclusive a revogabilidade de seu mandato. É preciso que haja liberdade a todas as tendências do movimento operário, que sejam expressão genuína de suas lutas e de sua organização, de participarem na eleição das comissões de fábrica.

A burocracia se apóia na repressão patronal para impedir que as comissões de fábrica sejam organismos de frente única da classe operária, constituída na mais ampla democracia. Usa de sua influência junto ao patronato para combater as posições revolucionárias e as novas gerações de ativistas que não aceitam a descaracterização das comissões

de fábrica e se dispõem a combater o colaboracionismo.

Está claro que a luta pela organização das comissões de fábrica tem de se dar no sólido terreno de princípios organizativos, políticos e programáticos do proletariado.

3. Comissão de fábrica e unidade operária

A conquista da unidade operária é estratégica. Isso porque permite colocar o proletariado como classe em luta contra a classe capitalista. É classe contra classe. Ao contrário, a fragmentação dilui a classe operária em frações corporativistas, ou até mesmo completamente atomizada.

Quanto mais forte for a burocracia sindical, maior o corporativismo, portanto, o divisionismo no interior do movimento operário. A sua política atua contra os fundamentos constitutivos do proletariado. Ou seja, age para que o proletariado como força motriz da produção social, submetido à exploração, não expresse seus interesses gerais e mantenha-se dividido pela concorrência da venda da mão-de-obra e pela divisão social do trabalho.

A tendência dos explorados é de se manifestar como força social única contraposta à exploração e suas consequências, como o desemprego, os baixos salários, a fome e a miséria. O instinto revolucionário, portanto, de unidade proletária contra a unidade burguesa, de classe contra classe, nutre-se do lugar que ocupa na produção social; sofre coletivamente a exploração do trabalho e produz coletivamente toda a riqueza. Contraditoriamente, os operários vendem como indivíduos sua força de trabalho, como mercadoria, e a têm submetida à divisão capitalista do trabalho. Aí está a base material tanto para a política proletária de manifestação coletiva dos instintos revolucionários quanto de sua mutilação pela política corporativista da burocracia, que é expressão da política burguesia no seio dos explorados.

A política proletária tem suas raízes

na produção social e no instinto de defesa da vida dos trabalhadores contra a exploração, por isso em sua essência expressa a propriedade social, coletiva, que se encontra na forma da produção social. As reivindicações particulares de uma fábrica ou de um setor estão ligadas ao problema geral da exploração do trabalho. Não há problema particular que não tenha sua origem na exploração geral do trabalho. A política proletária não perde sua relação e estabelece a conexão com as reivindicações gerais de toda classe, bem como as subordinam à tarefa histórica de eliminar suas causas. E as causas estão na exploração do trabalho, que é geral a todo o assalariado. A produção social encarnada pela cooperação da força de trabalho na produção é o embrião da propriedade coletiva, socialista, que suplantará a propriedade privada, a exploração e a divisão capitalista do trabalho.

O trabalho de pôr em pé a organização fabril atua com essa política. Eis também por que as experiências e as necessidades de uma fábrica são generalizadas para toda a classe por meio da política proletária. Vemos que a presença da política proletária, é decisiva para unificar o proletariado num só movimento pelas reivindicações fundamentais, que contrapõem às necessidades de existência dos trabalhadores às necessidades de existência da classe capitalista. Portanto, do trabalho contra o capital.

Já ficou claro que a comissão de fábrica deve ser um elo de uma cadeia de comissões de fábrica. A rede de comissão de fábrica constitui a organização de base, por isso se encontra sob o controle direto dos assalariados. Tanto os capitalistas quanto a burocracia sindical combatem essa unidade organizativa porque ela permite que o chão de fábrica se manifeste como força social organizada nas assembleias gerais de toda a classe, nas greves e manifestações. Obriga a direção sindical colocar o sindicato a serviço da política proletária.

O fortalecimento da organização de base pelas comissões de fábrica interligadas abre caminho para implantar o controle operário da produção. Esse é

um objetivo programático de grande alcance, que se imporá numa situação de convulsão econômica e desenvolvimento revolucionário da luta de classe. O poder operário constituído numa rede de comissão de fábrica, construído e amadurecido no embate contra a ofensiva dos capitalistas, eleva a tal ponto a capacidade da classe operária, que esta se coloca na condição de controle da produção social e dirigente da vida econômica. O desenvolvimento da produção social e o grau de coletivização existente nos ramos fundamentais permitem objetivamente ao proletariado se transformar em classe dirigente. O problema está em que este se encontra escravizado pela classe capitalista. Falta-lhe a organização fabril e a presença do partido revolucionário.

4. Comissão de fábrica, sindicato e partido operário

Não há nada de estranho no fato da direção sindical influenciar na formação das comissões de fábrica. O problema está na política das direções burocratizadas, adaptadas ao capitalismo e comprometidas com os interesses patronais. O desenvolvimento do sindicalismo baseado na luta de classe certamente impulsionará as lutas internas nas fábricas e incentivará a formação de uma vanguarda consciente que possa pôr em pé as comissões. Por outro lado, a organização de base permite a classe operária controlar seus sindicatos, portanto, não expressar passivamente a política ditada pela direção sindical, mas agir sobre ela para que seja genuinamente proletária e para corrigir seus desvios.

A assembleia geral e as assembleias fabris são os organismos da democracia operária para se saber a política de uma direção, basta observar como esta utiliza as assembleias e como as bases se manifestam coletivamente nas suas discussões, nas decisões e no cumprimento das resoluções. A burocracia tem as comissões arregimentadas e a maioria de seus membros reproduzem o que esta lhes dita. Ao contrário, a direção sindical classista incentiva as assembleias de fá-

brica a se desembocarem as posições das bases na assembleia geral. Aí sim as comissões de fábrica atuam como instrumento da vontade da maioria. A direção sindical trabalha para que a política proletária seja compreendida e encarnada por essa maioria em luta.

É preciso ter claro a importância decisiva do partido revolucionário do proletariado. Este se organiza na forma de células fabris. Quanto mais desenvolvido for o partido no interior das fábricas maior será o desenvolvimento político dos trabalhadores, refletindo sobre a organização das comissões de fábrica. A presença do partido e seu desenvolvimento não é secundário para se alcançar a democracia operária e a independência de suas organizações, uma vez que ambas dependem da política proletária. Somente o partido se organiza por meio do programa estratégico da revolução social.

Por mais classista e combativa que seja a vanguarda que desperta na luta de classe, se não assimila o programa das transformações anticapitalistas e se não se organiza no partido não tem como ir até às últimas consequências na política proletária. Via-de-regra acaba se adaptando às pressões do patronato e da burocracia sindical.

A ilusão reformista de que é possível por meio de negociações pacíficas assegurar as condições de vida dos operários e até avançar suas reivindicações comparece igualmente na constituição das comissões de fábrica organizadas como instrumentos de administração de interesses comuns dos exploradores e dos explorados. A burocracia sindical se utiliza vastamente dessas ilusões, apoiando-se nos meios de coação da classe capitalista, a exemplo das ameaças de demissão, planos econômico-financeiros de racionalização, corporativismo etc.

A burocracia aumentou o grau de estagnação dos sindicatos, que resulta submetê-los à política partidária da burguesia (decisões parlamentares e governamentais). Chega ao ponto de afirmar que estes já não devem lutar pelo emprego, salário com os mesmos métodos e reivindicações do passado. Que hoje devem atuar para que o governo aplique 'políticas públicas' e cum-

pra campanhas de 'cidadania'. Refere-se à saúde, à educação, alfabetização, qualificação, integração social da juventude nos bairros miseráveis e toda sorte de assistencialismo. Assim, os sindicatos não são mais de reivindicações e de combate ao governo dos exploradores. É claro que esse desvio das funções classistas dos sindicatos se reflete no interior das fábricas na forma da política da negociação sem luta, nos acordos pró-patronais e na defesa de interesses do capital junto ao governo (redução de impostos, renovação de frota etc).

Por outro lado, o oposicionismo que não vá a fundo no combate a essa política da burocracia e do reformismo não é capaz de desenvolver uma política de independência de classe do proletariado. Não se compreende as leis da história, da luta de classe, acaba por se constituir em fração esquerdista da burocracia sindical.

O domínio e a aplicação das leis da história se adquire trabalhando pela construção do partido revolucionário no interior do proletariado. A classe operária dá enormes passos à frente quando tem organizada em seu interior as células fabris e conta, portanto, com uma direção programática. A fração revolucionária que é o partido, atua nos sindicatos para dotá-los de uma direção contrária ao reformismo e ao corporativismo. É claro que uma direção dessa natureza no sindicato potenciará a organização de base e impulsionará a independência de classe dos trabalhadores.

Está comprovado que, na época de decomposição do capitalismo, que é a época do capitalismo monopolista (imperialista), os sindicatos reformistas acabam por agirem em favor da burguesia. Os sindicatos para cumprirem sua função classista têm de ser auxiliares da revolução proletária. O que quer dizer que tem de defender a fundo as reivindicações mais elementares das massas para levá-las a tomar o poder do Estado e transformar a economia. Portanto, cumprir o programa estratégico que só o partido tem. O mesmo diz respeito às organizações fabris. Os sindicatos dirigidos pela estratégia proletária trabalha para que os organismos de base sejam uma alavanca para a unidade revolucionária dos trabalhadores.

Estamos sendo atacados por todos os lados

Depois de um ano de governo PT/Lula, nós operários e a maioria explorada sentimos o peso das medidas que vêm sendo aplicadas e o violento ataque da classe patronal.

Por parte do governo, veio a reforma da Previdência, que serviu para taxar os aposentados e aumentar o tempo de trabalho e de contribuição. Veio o pacote da reforma tributária, que manteve a CPMF e o confisco do Imposto de Renda. A pesada carga de impostos está sendo por nós assalariados. As promessas eleitorais de 10 milhões de novos empregos resultaram em mais 600 mil postos de trabalho destruídos. O Fome Zero não passou de um filhote do assistencialismo de FHC, que só serve para enganar a população.

Por parte dos patrões, vieram os acordos malditos. Foram demissões, rebaixamento salarial, aumento da superexploração do trabalho e quebra de direitos elementares.

E as direções sindicais? O que têm feito?

grande maioria das direções sindicais pelegas têm colocado os sindicatos, que são organismos dos trabalhadores, a serviço da política do governo. Fazem campanha pelo Fome Zero, aceitam pagar a CPMF, e só nas palavras dizem não concordar com a tabela do imposto de renda decretada pelo governo, não se opõem às reformas anti-nacionais e anti-operárias que vêm sendo praticadas, fecham os olhos diante das promessas não cumpridas pelo governo e usam o poder do aparelho sindical para impedir críticas ao governo e à direção.

Ainda mais, as direções sindicais abandonaram a luta pelas reivindicações dos trabalhadores.

O salário mínimo chegou ao fundo do poço, a destruição de postos de trabalho e o desemprego crescem brutalmente, o arrocho e as perdas salariais acumulam ano a ano, os contratos temporários, terceirizados e a eliminação de conquistas sociais fazem parte de nossas vidas. A burocracia sindical se comporta como verdadeiros patrões. Eliminou-se as campanhas salariais unitárias e passou a negociar os acordos que só favorecem as empresas.

As reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas estão em choque com a política da burocracia sindical, que é a de conciliação com os patrões e com o governo.

Vem aí a reforma sindical e trabalhista

A propaganda de que é preciso uma reforma sindical para fortalecer os sindicatos e assim poder ter força diante de uma nova legislação trabalhista é para boi dormir. O problema dos sindicatos é que são dirigidos e controlados por uma burocracia pelega, autoritária e corrompida. Precisamos sim é recuperar a democracia sindical, conquistar a independência dos sindicatos frente ao governo, varrer a política de colaboração de classe que levam a acordos favoráveis às demissões, terceirizações, redução salarial e outras desgraças.

A tal da reforma sindical não trará a democracia e a independência do movimento operário. Só fortalecerá a burocracia que briga entre si pelo controle da máquina sindical. É fruto da divisão entre pelegos da Força Sindical e da CUT.

Ao contrário, precisamos de sindicatos que mobilizem o conjunto dos trabalhadores, que unifiquem os explorados contra o

desemprego e o rebaixamento salarial. Precisamos de um sindicalismo classista, que não submeta os trabalhadores a acordos que esmagam nossas vidas.

Esse sindicato não virá de nenhuma reforma governamental, mas virá da nossa luta coletiva, das assembleias, de verdadeira organização fabril, das greves e da defesa das reivindicações dos explorados. Virá da construção de uma direção que trabalhe pelo fim do capitalismo e defenda o socialismo.

Os companheiros verão que a reforma trabalhista já está sendo imposta faz muito tempo. É a tal da flexibilização do trabalho. Falta apenas legalizá-la e ampliá-la, dando mais poderes para o patronato demitir, rebaixar salários e mexer em direitos, como 13º salário, férias etc.

Nossos objetivos devem ser claros

1. Independência dos sindicatos frente ao governo PT/Lula;
2. Luta contra as medidas governamentais que atingem a nossa vida e que fortalecem a exploração do trabalho;
3. As reivindicações contra a destruição de postos de trabalho, emprego a todos, reposição e aumento salarial.
4. Manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas;
5. Não ao jogo burocrático e governamental em torno da reforma sindical e trabalhista;
6. Recuperar os sindicatos como organismos da luta coletiva da maioria oprimida;
7. A implantação da democracia sindical;
8. A criação de uma rede de comissões de fábrica interligadas, eleitas diretamente pelos operários e independentes da direção do sindicato;
9. Varrer a política da burocracia colaboracionista e construir direções classistas, que lutem não só pelas reivindicações elementares mas pelo fim do sistema de exploração capitalista.

80 anos da morte de Lenin

No dia 24 de janeiro de 1924 morria Vladimir Illich Ulianov, o Lênin. Oitenta anos depois, verificamos a vigência de seu pensamento para o desenvolvimento da luta revolucionária. O socialismo científico rejeita o culto à personalidade, típico do estalinismo. A importância histórica de Lênin não está em suas qualidades ou defeitos pessoais, mas na contribuição que foi capaz de dar ao sintetizar teoricamente a experiência e o desenvolvimento da luta do proletariado pela emancipação da opressão nacional e social e, principalmente, seu papel na construção de um partido capaz de realizar a revolução social em seu país como passo da revolução socialista mundial. Assinalamos os 80 anos da morte de Lênin resgatando seu pensamento e a contribuição que deixou. Certamente, não se trata de uma obra individual, pois era essencialmente expressão da experiência histórica da classe operária, sintetizada no Socialismo Científico desenvolvido por Marx e Engels, dos conflitos e disputas no terreno internacional, dada a falência da II Internacional, e da luta política coletiva, fundada na crítica e autocrítica, pela construção do partido revolucionário na Rússia.

Destacamos abaixo alguns dos conceitos do socialismo científico que tiveram grande participação de Lênin, e que se mostram mais que vigentes, atuais:

O conceito de Estado

Certamente, Marx e Engels já haviam formulado a essência da concepção de Estado. No Manifesto Comunista, já o vemos descrito como "um comitê de gerenciamento dos negócios da burguesia." Mas Lênin vai aplicar a formulação marxista em oposição à deformação realizada pela socialdemocracia, mostrando que não é possível haver um Estado neutro, acima da luta de classes. Lênin mostra que o Estado nem sempre existiu, é um produto da história, do antagonismo irreconciliável que surge entre as classes sociais. Trata-se de um órgão de dominação de classe, expressa uma ordem social que corresponde a essa dominação. O Estado tem inúmeros aspectos, mas sua essência é a força de repressão

que assegura a dominação de classe.

O Estado burguês se diferencia pela burocracia, pelo exército permanente e pela divisão de poderes. O sufrágio universal é o ponto mais avançado a que pode chegar o Estado burguês. Mas mesmo o Estado burguês mais democrático é expressão da ditadura de classe da burguesia.

O Estado burguês tem de ser destruído e substituído pelo Estado proletário. A repressão à burguesia é necessária a fim de evitar que tenha forças para voltar ao poder político e se estenderá até que as classes sociais se desintegrem. A revolução violenta e a ditadura proletária são condições para iniciar o processo histórico de definhamento do Estado.

Esses conceitos de Lênin têm revelado sua força atualmente, quando vemos o governo de Lula ser um instrumento das oligarquias e do capital financeiro, e quando os Estados dos países desenvolvidos são instrumentos para a guerra comercial e para a intervenção bélica, em benefício das multinacionais e do capital financeiro. Os acadêmicos que julgavam que as disputas entre os Estados perderiam importância e dariam lugar a meras disputas corporativas hoje estão calados e escondidos.

A teoria do imperialismo

Trata-se de uma contribuição fundamental dada por Lênin. Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo, Lênin percebeu que esse modo de produção passou por profundas transformações, na passagem do século XIX para o XX, que traziam em si uma série de características contraditórias com sua fase inicial de desenvolvimento, e que apontavam para sua superação histórica pelo socialismo. A essa fase Lênin chamou imperialismo, etapa superior e última do capitalismo.

No início do capitalismo, havia a livre concorrência. Ela levou à formação dos monopólios, que passaram a dominar a economia mundial e eliminaram a própria livre concorrência. O capital industrial e o capital bancário se fundiram, formando o capital financeiro, que corresponde aos monopólios. A exportação

de mercadorias foi substituída pela exportação de capitais. Os Estados nacionais, que foram base para o desenvolvimento capitalista, passaram a ser um entrave para o comércio e crescimento da economia mundiais. O capitalismo foi levado ao mundo todo, deixou de ser um modo de produção de apenas alguns países e passou a ser mundial, mas o fez dividindo o mundo em países desenvolvidos (imperialistas) e atrasados (oprimidos). Esgotou-se a divisão do mundo em áreas de influência e se abriu o caminho para as guerras interimperialistas pelo controle do mercado mundial e pelas fontes de matérias primas.

O imperialismo é a época da revolução em toda linha pela burguesia, e de guerras e revoluções. Expressa o grau mais elevado das contradições entre a produção socializada e a apropriação privada, entre as forças produtivas e as relações sociais vigentes. A 2ª. Guerra Mundial e as dezenas de guerras regionais que se seguiram comprovam essa tese.

Atualmente, a opressão nacional ganhou maior importância, pela necessidade das potências imperialistas em disputar o mercado mundial e as fontes de matérias-primas. As recentes guerras no Oriente Médio ou no Leste Europeu e o intervencionismo econômico e militar na América Latina e na África são a materialização dessas tendências históricas.

A teoria do partido

Marx e Engels já formulavam a necessidade histórica da classe operária se organizar num partido, a partir de seu programa, não apenas nacionalmente, e sim um partido mundial. Ergueram juntos a I Internacional e Engels fundou a II Internacional. Mas foram as disputas e lutas políticas do início do século XX, no plano internacional com a degeneração da II Internacional e na Rússia czarista atrasada em que se erguiu a luta de classes e se degladiavam várias organizações políticas de diversos matizes, que levaram à elaboração de uma teoria do partido consistente e capaz de concretizar o objetivo da revolução social. Essa teoria ficou conhecida por bolchevismo, e levou à revolução de Outubro de 1917.

A divisão do partido operário social-democrata russo em 1903 se deu justamente ao redor da concepção de partido. É claro que a divergência organizativa é expressão aberta ou velada de discrepâncias político-programáticas. Concretamente, porém, a cisão se deu ao redor da concepção de partido.

Lênin concebia o partido a partir de militantes que dominassem o programa, se organizassem em células e contribuíssem financeiramente para o sustento da organização. Martov, ao contrário, era favorável a um partido mais "aberto", que não fosse formado apenas por militantes como os descritos por Lênin. A divergência se revelou mais tarde ao redor da concepção da revolução russa, da estratégia do partido. Lênin dirigiu a revolução russa e Martov a condenou.

A teoria leninista do partido entende que a organização do partido corresponde à sua estratégia, a seu programa. A um partido eleitoral corresponde uma organização eleitoral, capaz de trazer o maior número de votos possível. A um partido revolucionário, conspirativo, corresponde uma organização conspirativa.

O partido leninista se organiza a partir do programa da ditadura e revolução proletárias. Para atingir esse objetivo, tem de se assentar no centralismo democrático, ou seja, na maior liberdade de divergência e elaboração coletivas internamente aliada a uma férrea unidade de ação externa. Organiza-se em células, que são pequenos organismos, de modo a facilitar a discussão crítica e autocrítica coletivas, a ação unitária no meio em que atuam, seu crescimento e divisão (multiplicação) e a elaboração coletiva do programa. Na célula, organizam-se os militantes que são revolucionários profissionais, porque dominam o programa do partido, dedicam o essencial de suas vidas à revolução e sustentam financeiramente o partido, garantindo sua independência econômica. No partido, há direito de se formarem tendências (com base em divergências de linha política) e frações (com base em divergências de programa). O partido se organiza ao redor de um jornal e outras publicações, que expressam o programa e a linha política partidária. Atua combinando trabalho legal e ilegal, de forma a preservar seu

caráter conspiratório e tirar todo proveito das liberdades democráticas. A disciplina é parte do programa, pois é condição para o trabalho revolucionário coletivo.

Sem o partido revolucionário (expressão do programa, da teoria), não é possível a prática revolucionária. O partido concentra a experiência histórica da classe, a consciência de classe. Sem ele, a classe fica à mercê dos partidos patronais ou conciliadores, ou, na melhor das hipóteses, à mercê da inexperiência, repetindo erros do passado. Dentro da sociedade de classes, essencialmente uma ditadura, é construindo o partido que se pode expressar a liberdade individual, tolhida pela opressão de todo tipo.

Atualmente, a falta do partido revolucionário mundial e de suas seções enraizadas na maioria dos países leva a inúmeras lutas das massas à derrota. Os recentes levantes de massa na Argentina e Bolívia colocaram em primeiro plano a questão do partido revolucionário.

A tática e estratégia do proletariado

Lênin mostrou que há uma interdependência dialética entre a tática e a estratégia do partido. A estratégia, o objetivo, é determinante: a finalidade da revolução e da ditadura do proletariado implicam necessariamente a tática da ação direta das massas, a independência de classe e a defesa da revolução violenta. À estratégia do reformismo corresponde a tática da frente eleitoral, do eleitoralismo, da conciliação de classes. Por outro lado, a utilização da tática errada pode levar a uma mudança de estratégia, de finalidade. O eleitoralismo ou uma política conciliadora levam um partido à negação da revolução. Assim, em cada passo tático concreto do partido leninista deve se expressar a luta pela revolução.

Mas a tática não é o estabelecimento de uma trajetória retilínea até a tomada do poder. Ela tem de levar em consideração todas as forças de classe do Estado em questão (e dos Estados que o rodeiam, em escala mundial) e a experiência dos movimentos revolucionários. O que pode impor (e impõe) a utilização de meios que não são os próprios da classe

operária, mas de outras classes, tais como a intervenção no parlamento burguês, nas eleições ou ações na justiça burguesa. O fundamental é que a utilização desses meios deve sempre estar subordinada à estratégia da revolução proletária e à ação direta das massas. Também a combinação de trabalho legal e ilegal é parte do programa do partido e se reflete na tática.

As correntes que ajudaram a eleger Lula procuram justificar suas posições como uma questão de tática. Mas o apoio a um governo burguês, ainda que ele fosse um governo com traços de reformismo, é incompatível com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Essa "tática" só pode corresponder ao reformismo ou ao centrismo, que negam a revolução.

A construção do partido mundial

Lênin concebia a revolução russa como um passo da revolução mundial. De acordo com Marx e Engels, entendia que o socialismo num só país era impossível. Por isso, desde antes da revolução de Outubro e até sua morte, trabalhou pela construção de um partido mundial. Não apenas uma federação de organizações políticas e sindicais, e sim um partido que fosse o programa e a direção da luta revolucionária mundial. Um partido que expressasse as conquistas programáticas da revolução de Outubro e trabalhasse pela expansão da revolução para a Europa e o resto do mundo. Tinha a convicção de que o isolamento da revolução russa acabaria com ela. Stalin, ao contrário, desenvolveu uma política de conciliação com o imperialismo, ao ponto de dissolver a III Internacional e levar a humanidade à atual crise de direção revolucionária.

A ausência do partido mundial é sentida em cada levante de massas, mas no último período a temos sentido na falta de uma ação organizada de resistência à ofensiva econômica e militar dos EUA em todo o mundo. O trabalho de construção de partidos revolucionários em cada país, assentados na teoria leninista do partido e nas teses do socialismo científico, como parte do trabalho pela construção de um partido mundial, é a forma de responder a essa questão.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Prosseguimos neste número do Massas uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Para uma melhor compreensão, recomendamos a leitura do texto “As três fontes constitutivas do marxismo”, de Lênin (já publicado no Massas).

6. As crises de superprodução

As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que fez surgir como que por encanto possantes meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro (Hexenmeister) que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento. Há mais de uma década a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são a condição de existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, com seu periódico retorno, põem em questão e ameaçam cada vez mais a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais, é destruída regularmente uma grande parte não só dos produtos fabricados, como também das forças produtivas já criadas. Nessas crises, irrompe uma epidemia social que em épocas precedentes teria parecido um absurdo - a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se repentinamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; é como se uma situação de miséria (eive Hungersnot) ou uma guerra geral de extermínio houvessem suprimido todos os meios de subsistência. O comércio e a indústria parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e* das relações

burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas travadas; e assim que vencem esse obstáculo, desarranjam toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criada. E de que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição torçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las.

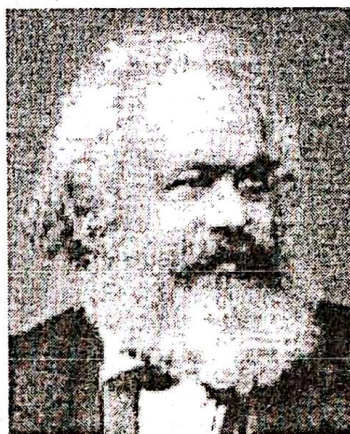
As armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia.

7. A burguesia forja seus próprios coveiros

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas - os operários modernos, os proletários.

8. A tendência à redução do salário e à superexploração no capitalismo

Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, ou seja, o capital, desenvolve-se também o proletariado, a



classe dos operários modernos, que vivem apenas na medida em que encontram trabalho e que só encontram trabalho na medida em que o seu trabalho aumente o capital. Tais operários, obrigados a se vender peça por peça, são uma mercadoria como qualquer outro

artigo de comércio e estão, portanto, expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório da maquinaria, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Em decorrência, as despesas causadas pelo operário reduzem-se quase exclusivamente aos meios de subsistência de que necessita para sua manutenção e para a reprodução de sua espécie (Race). Mas o preço de uma mercadoria e, portanto, o do trabalho, é igual ao seu custo de produção. Logo, à medida que aumenta o tédio (die Widerwärtigkeit) do trabalho, diminui o salário. Mais ainda: à medida que crescem a maquinaria e a divisão do trabalho, cresce também a massa de trabalho, seja através do aumento das horas de trabalho, seja através do aumento do trabalho exigido num certo tempo, seja através da aceleração da velocidade das máquinas etc.

Nesta edição:

- Que parem de fazer chacota! Não aceitamos a ditadura da burguesia, do governo atual, que servem ao imperialismo (às multinacionais). É hora dos oprimidos e explorados imporem sua ditadura, para que a Bolívia já não seja colônia ianque, acabe a miséria extrema, o desemprego massivo etc.
- Iraque: 100 mil nas ruas contra a ocupação norte-americana e por eleições. Para onde vão?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Publicamos a seguir dois artigos do jornal Masas boliviano: um traçando a linha política de combate ao governo burguês, em defesa da revolução e ditadura proletária; outro acerca da questão das nacionalidades indígenas.

Que parem de fazer chacota! Não aceitamos a ditadura da burguesia, do governo atual, que servem ao imperialismo (às multinacionais). É hora dos oprimidos e explorados imporem sua ditadura, para que a Bolívia já não seja colônia ianque, acabe a miséria extrema, o desemprego massivo etc.

Causa da calamidade atual

A contradição fundamental da base econômica estrutural se traduz na rebelião da propriedade social dos meios de produção contra a grande propriedade privada burguesa. A destruição da grande propriedade privada pela social será a materialização da política proletária (socialista, comunista) encarnada na maioria das massas oprimidas e exploradas ao extremo.

A crise econômica extrema expressa no agravamento da imoralidade, da miséria e desemprego extremos, são o toque de trombeta que anuncia a urgência da revolução social e do enterro da ditadura da burguesia em decomposição. A resposta popular será revolucionária se acabar com a ditadura destruidora, retrógrada, da atual classe dominante, e imponha a ditadura proletária.

NÃO SE TRATA DA TROCA DE PESSOAS E SIM DE EXPULSAR DO PODER A BURGUESIA, de sepultar os politiquês da classe dominante, corruptos e imbecis ao extremo. Atualmente, o governo se dedica a pedir esmola para tudo. Os ditadores estrangeiros anunciaram que não darão nem um cen-

tavo a mais se não se explica porque desaparece nas mãos dos governantes.

OS BOLIVIANOS NÃO QUEREMOS QUE UM BURGUESE SEJA SUBSTITUÍDO POR OUTRO DA MESMA CLASSE NO PODER. LUTAMOS PARA EXPULSAR DO GOVERNO OS POLITIQUEIROS BURGUESES.

BUSCAMOS O GOVERNO DO POVO

Isso será a ditadura do proletariado (na Bolívia o governo operário-camponês). Rechaçamos os politiquês despóticos, que atuam de costas para o povo, buscamos o governo deste.

OS ENCARREGADOS DE CUMPRIR TAREFAS RECEBERÃO AS ÓRDENS DOS CABILDOS ABERTOS, ESTARÃO CONTROLADOS POR ELES.

Os melhores cidadãos (que receberão os mesmos salários destinados aos operários) não farão o que quiserem, executarão o que disponha a população nos cabildos, de funcionamento permanente.

ENTÃO OS BOLIVIANOS SEREMOS LIVRES E NOS AUTOGOVERNAREMOS, à margem dos ladrões e cretinos.

Autodeterminação das nacionalidades nativas

Dois objetivos que pode materializar unicamente o governo operário-camponês (ditadura do proletariado):

1) Recuperação de toda a terra usurpada das nacionalidades nativas ao longo dos séculos, mediante a ação direta.

Então se materializará o livre cultivo, comercialização e industrialização da coca, incluindo sua transformação em cocaína.

2) Autodeterminação das nacionalidades oprimidas, de maneira que se constituam politicamente em Estados soberanos.

Sem a materialização destas reivindicações fundamentais não pode se falar da libertação das massas camponesas. A ditadura do proletariado não pode se dar em meio da opressão das nacionalidades nativas.

Não estamos falando de uma dádiva da ditadura do proletariado, e sim de uma conquista obtida através da luta revolucionária das massas subjugadas e exploradas (camponeses e setores majoritários da classe média), sob a direção revolucionária do proletariado.

A ditadura do proletariado seria inconcebível em meio à opressão das nacionalidades camponesas nativas.

O Proletariado, portanto, sua ditadura, não pode ser governar se as nacionalidades nativas seguem subjugadas.

A autodeterminação nacional é inseparável da ditadura proletária, que se projetará para a eliminação do estado (incluindo a ditadura do proletariado).

A tarefa imprescindível é a educação e mobilização das nações nativas pela classe operária, altamente politizada em meio à incultura imperante no seio dos setores majoritários do país.

LUTAMOS:

1) Para acabar com a miséria extrema, pelo salário mínimo vital com escala móvel referida ao preço das mercadorias (as remunerações aumentarão automaticamente quando subirem os preços dos alimentos etc.).

2) Para que todos tenham trabalho arrancaremos a escala móvel de horas de trabalho, que consiste em diminuir a duração da jornada de trabalho, sem que diminuam os salários.

É preciso estabelecer quantas horas de trabalho estão disponíveis no país. Essas horas têm que ser divididas entre os operários que atualmente estão trabalhando e os que sofrem com o desemprego.

TAMBÉM SE LUTARÁ PELO SEGURO DESEMPREGO.

(extraído do Masas boliviano nº 1865, de 09/01/2004)

Iraque: 100 mil nas ruas contra a ocupação norte-americana e por eleições. Para onde vão?

A ocupação militar do Iraque pelo imperialismo se mantém ao custo de mais de 500 mortes de soldados ianques em atentados diários. A prisão de Saddam Hussein não serviu para desbaratar a organização da resistência à ocupação. Tudo indica que a resistência não tem ligação direta com o antigo governo. Trata-se de movimentos de grupos nacionalistas dos quais Saddam não tem informações detalhadas. Os atentados têm apoio popular e as lideranças religiosas e de nacionalidades tribais têm se manifestado pelo fim da ocupação militar do país.

O Iraque é um país de várias nacionalidades, desde os sunitas (minorias) que eram a base de apoio do governo ditatorial de Saddam Hussein, passando pelos árabes e até os curdos. Essas nacionalida-

des têm atritos históricos, que eram sufocados pelo governo ditatorial imposto na época com o apoio dos EUA, para fazer um contraponto ao governo dos aiatolás do Irã, antiamericanistas.

A ocupação militar atual do Iraque levou às ruas uma multidão sob a influência dos aiatolás xiitas, exigindo a retirada das tropas e a realização de eleições diretas para um novo governo no país. Trata-se de um novo complicador na situação, porque a realização de eleições pode levar a um governo xiita, semelhante ao governo do Irã, e seria mais um revés dos EUA na região. A continuidade da ocupação por tempo indefinido, porém, também não é possível, diante do crescimento dos ataques suicidas e dos protestos populares.

A autodeterminação das nacionalida-

des do Iraque só será possível com o armamento da população, a expulsão das tropas imperialistas e a resolução dos conflitos entre as etnias.

As direções xiitas, ao defenderem a solução pela via das eleições, não serão capazes de levar à autodeterminação. Nenhum governo capitalista no Iraque será capaz de garantir a independência e o fim da opressão entre as nacionalidades.

Sob o capitalismo, não será possível a essas etnias conquistarem a real independência. A revolução proletária, socialista, desenvolverá a autodeterminação efetiva, pois permitirá acabar com a opressão de classe, base da opressão nacional.